

Gaudêncio Torquato (\*)

No primeiro semestre de 2026, o PT fará um congresso partidário para definir seu rumo.

Discutirá mudanças em seu funcionamento e programa partidário. O congresso será a largada para a campanha à reeleição de Lula. Pelo andar da carruagem, o PT, depois de anos tentando se equilibrar no centro do arco ideológico, fará uma guinada à esquerda, resgatando suas surradas crenças - o velho discurso do “Nós contra Eles”, “Pobres contra Ricos”, como se percebe no verbo de Lula, que volta a vestir o macacão do sindicalista inflamado do final dos anos 70.

Ele acredita que, para disputar a reeleição em 2026, deve reforçar a pauta de esquerda, afastar-se da moderação e voltar a vestir o manto que cobriu o PT nos seus primeiros tempos. Como se sabe, em seus dois mandatos anteriores, Lula soube deixar de lado os velhos dogmas para garantir apoios no Congresso e para fazer os ajustes necessários na economia.

Nos últimos anos, o partido sofreu com o desgaste de sua imagem. Escândalos de corrupção e crises econômicas corroeram parte da confiança de setores da classe média e de jovens que cresceram em ambiente de polarização. O desgaste também ocorreu por conta das tensões internas. Enquanto correntes mais à esquerda defendem o retorno às origens combativas, com ênfase em mobilização popular e crítica ao capitalismo financeiro, outros setores advogam moderação, alianças amplas e políticas públicas de consenso, como forma de garantir estabilidade

Apesar de sua divisão, o PT manteve estrutura orgânica e capilaridade invejáveis. É o partido com grande presença municipal, com bancada sólida no Congresso e com uma milícia fiel. Essa base, porém, está envelhecendo. O desafio, hoje, está em renovar quadros (escassos no PT) e discursos sem romper o elo com o passado. O que se espera do PT pós-Lula? Um partido de massa, como nos anos 1980? Um ente que desfraldava a bandeira do socialismo? Um movimento progressista híbrido, articulado com redes sociais e causas transnacionais? Ou uma força pragmática de centro-esquerda, voltada à governabilidade e à manutenção do poder?

O fato é que o Partido dos Trabalhadores chega à metade da década de 2020 em posição paradoxal: está no poder, porém, cercado por incertezas. Maior partido de esquerda do país, forjado na luta sindical, nas comunidades eclesiais de base e nos movimentos sociais (base de sua criação em 10 de fevereiro de 1980), precisa agora decidir o que quer ser quando o carisma de Lula deixar de ser o eixo da política brasileira. O PT sempre orbitou em torno do seu líder fundador. É ele quem costura alianças, pacifica tendências e mobiliza filiados. Passadas mais de quatro décadas desde sua criação, a legenda se vê diante da necessidade de se reinventar sem perder o DNA que o fez nascer.

O futuro do PT, portanto, dependerá de sua capacidade de preservar a identidade e modernizar a narrativa. Implica manter o compromisso com a justiça social, com o trabalho, a educação e a redução das desigualdades. Exige atualizar a linguagem política, dialogar com novas gerações, compreender as pautas identitárias, ambientais e tecnológicas que moldam a sociedade contemporânea. O eleitor do século XXI já não se move apenas por ideologia, mas por percepções difusas de bem-estar, emprego, segurança e eficiência administrativa.

No plano eleitoral, o PT sabe que a esquerda isolada não vence. Daí a importância das Federações que unem o PT com partidos do centro democrático. Lula terá de atrair parcela dos votos do Centrão. A vitória de Lula em 2022 mostrou a força de uma coalizão ampla, mas também revelou seus limites: há uma tensão permanente entre governar com pragmatismo e preservar a coerência ideológica. O eleitor petista tradicional deseja mais radicalidade; o eleitor mediano, mais previsibilidade. Conciliar esses polos será o segredo da sobrevivência. O grande desafio é conquistar o apoio das classes médias (AB + e parte da C).

Outro ponto decisivo é a comunicação política. O PT ainda fala muito com o passado e pouco com o futuro. As redes sociais fragmentaram o espaço público, e a direita soube explorar melhor esse terreno. É urgente que o partido reconstrua sua narrativa digital, aproximando-se de influenciadores, jovens criadores de conteúdo e movimentos sociais contemporâneos. A política emocional e simbólica da era das telas exige linguagem nova, capaz de traduzir valores de solidariedade e inclusão em mensagens curtas, visuais e empáticas.

No horizonte de 2026, o partido precisa apresentar um projeto de país para além da memória de Lula. Caso contrário, correrá o risco de transformar-se em guardião de um passado glorioso, mas distante. Se conseguir formar nova geração de líderes, renovar a militância e oferecer respostas às angústias do tempo — emprego, sustentabilidade, educação digital, segurança pública —, o PT poderá continuar a desempenhar papel central. Senão, pode ver-se reduzido à condição de partido histórico, respeitado, porém marginalizado por uma sociedade em mutação acelerada.

O futuro do PT será decidido não por seus adversários, mas pela sua capacidade de reconectar-se com o Brasil real — o Brasil dos aplicativos, das periferias digitais, da juventude plural, das pequenas cidades conectadas e dos novos trabalhadores autônomos. O partido que nasceu nas fábricas. Não por acaso, Lula acaba de sugerir que os candidatos do partido em 2026 voltem aos portões das fábricas. A bandeira da esquerda só continuará desfraldada se conseguir iluminar o mundo novo que surge.

(\*) Escritor, jornalista, professor titular da USP e consultor político.

# Inteligência artificial pode utilizar data centers no espaço

Depois dos data centers submarinos, começa-se agora a falar em data centers no espaço. Isso acontece porque a inteligência artificial exige estruturas cada vez maiores para armazenamento e processamento de dados, que para serem atendidos na Terra, necessitam de grandes quantidades de energia elétrica e água, impactando fortemente o meio ambiente.

Vivaldo José Breternitz (\*)

Empresas como a Starcloud, especializada em data centers, já vêm trabalhando no assunto, mas agora o tema começa a atrair grandes nomes da tecnologia. Em maio, o ex-CEO do Google, Eric Schmidt, adquiriu a Relativity Space, empresa que atua na área de foguetes, motivado por seu interesse em estruturas de computação fora da Terra. No início de outubro, o fundador da Amazon, Jeff Bezos, afirmou acreditar que grandes data centers operarão no espaço dentro de 10 a 20 anos.

Agora, é a vez de Elon Musk entrar na conversa. O empresário, cuja SpaceX controla a maior infraestrutura espacial do planeta, demonstrou interesse pelo assunto. Após uma reportagem do site Ars Technica sobre dificuldades para construir e operar grandes centros de dados no espaço, Musk comentou no X (antigo Twitter): “basta ampliar os satélites Starlink V3, que têm links a laser de alta velocidade. A SpaceX vai fazer isso.”

Para os defensores da ideia, as vantagens são evidentes: energia solar ilimitada e gratuita, além da eliminação dos impactos ambientais gerados pela construção desses complexos na Terra, que vem enfrentando resistência crescente. Já os críticos alertam que os custos e desafios tecnológicos tornam o projeto economicamente inviável, ao menos por enquanto.

O histórico da SpaceX desafia o ceticismo. Sua constelação de satélites Starlink já provou ser possível oferecer internet de



Photocreo\_CANVA

alta velocidade a milhões de usuários no mundo todo, com lucro. Se Musk acredita que essa arquitetura pode ser adaptada para data centers, o setor dificilmente poderá ignorar a ideia.

“O impulso vindo dos grandes nomes da tecnologia merece atenção”, disse Caleb Henry, diretor da consultoria Quilty Space. Segundo Henry, os satélites já executam parte das funções essenciais de um data center, como armazenar, processar e transmitir dados e os data centers espaciais seriam o próximo passo nessa área.

Os céticos lembram, porém, que essa infraestrutura exigiria satélites gigantes, com vastos painéis solares, para competir com centros terrestres. Ainda assim, os novos Starlink V3 podem mudar o jogo - enquanto os modelos atuais da SpaceX

têm capacidade máxima de 100 Gbps, o V3 deve multiplicar essa capacidade de transmissão de dados por dez, chegando a 1 Tbps.

A SpaceX planeja colocar dezenas de satélites V3 em órbita em cada lançamento do foguete Starship, possivelmente já a partir do primeiro semestre de 2026. Os primeiros satélites Starlink, lançados há pouco mais de cinco anos, pesavam cerca de 300 kg e transmitiam 15 Gbps.

Os V3, com 1.500 kg, simbolizam não apenas um salto tecnológico, mas também o possível início de uma nova corrida, a dos data centers espaciais.

(\*) Doutor em Ciências pela Universidade de São Paulo, é professor, consultor e diretor do Fórum Brasileiro de Internet das Coisas – vjnit@gmail.com.

## Direito e Inteligência Artificial: o desafio de regular o invisível

A inteligência artificial deixou de ser promessa tecnológica para se tornar parte do cotidiano jurídico. Tribunais, escritórios e órgãos reguladores em todo o mundo já utilizam sistemas que analisam contratos, identificam riscos e até sugerem decisões. Segundo o Observatório de Inovação no Judiciário do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o Brasil possui mais de cem projetos de IA em operação nos tribunais. Essa transformação é inegável. A questão é: estamos preparados para que decisões que afetam vidas e negócios sejam influenciadas por algoritmos que poucos compreendem?

Como advogada, vejo com preocupação o avanço de sistemas que operam dentro do que se convencionou chamar de “caixa-preta algorítmica”, modelos que não revelam como chegam a determinados resultados. Quando uma ferramenta tecnológica indica a probabilidade de reincidência criminal, define pontuações de crédito ou sugere penas com base em padrões estatísticos, a fronteira entre eficiência e injustiça se torna tênue. Sem transparência, não há como garantir que o direito à ampla defesa, ao contraditório e à imparcialidade esteja preservado.

O debate sobre regulação da IA já é uma realidade em diversos países. A União Europeia caminha

para implementar o AI Act, uma das legislações mais abrangentes do mundo sobre o tema. O texto classifica sistemas conforme o grau de risco e impõe restrições severas a aplicações consideradas perigosas, como vigilância biométrica em tempo real. Organismos internacionais como a OCDE e a UNESCO também têm atuado para estabelecer princípios globais que defendam a responsabilidade, a transparência e a não discriminação. São esforços que mostram que a inteligência artificial precisa de limites claros, especialmente quando impacta direitos fundamentais.

No contexto internacional, a complexidade aumenta. É cada vez mais comum lidar com empresas que têm sede em um país, servidores em outro e usuários em um terceiro. Como garantir os mesmos padrões de proteção de dados e de responsabilidade civil diante de legislações tão distintas? Essa é uma das razões pelas quais acredito que o Direito Internacional terá papel central na construção de normas transnacionais sobre o uso ético da tecnologia. Sem cooperação entre as nações, cria-se um vácuo jurídico que pode permitir abusos e enfraquecer garantias.

Não há dúvida de que a IA pode tornar o sistema de justiça mais ágil e acessível. Automatizar tarefas repetitivas, cruzar jurisprudências e pre-

ver cenários processuais são avanços valiosos. Mas a pressa não pode substituir a prudência. Julgar continua sendo um ato profundamente humano, que exige ponderação, sensibilidade e empatia. Nenhum algoritmo é capaz de reproduzir essas dimensões. A tecnologia deve ser uma aliada do julgador, não sua substituta.

O profissional do Direito, diante desse novo cenário, precisa ampliar seu repertório. Não basta conhecer leis e doutrinas. É necessário compreender o funcionamento das ferramentas tecnológicas que já fazem parte da rotina jurídica. Essa compreensão técnica é o que permitirá o uso responsável da IA, preservando o equilíbrio entre eficiência e justiça.

Acredito que o futuro do Direito não está em resistir à tecnologia, mas em humanizá-la. A inteligência artificial deve servir ao propósito de garantir direitos, e não o contrário. Regular o invisível, que são os códigos, as probabilidades e os algoritmos, é o grande desafio da nossa geração jurídica. E só conseguiremos enfrentá-lo se mantivermos o humano no centro de todas as decisões.

(Fonte: Marcela Marins Sacramento de Castro é advogada com mais de 15 anos de experiência).


## News @ TI

IMPA Tech abre inscrições para turma 2026 da graduação em Matemática

Com um currículo interdisciplinar e inovador, o IMPA Tech, programa de graduação do IMPA (Instituto de Matemática Pura e Aplicada), abriu nesta segunda-feira (3) as inscrições para o processo seletivo 2026. Estudantes interessados em ingressar no bacharelado em Matemática da Tecnologia e Inovação têm até às 12h, do dia 23 de dezembro, para concluir sua candidatura no site da faculdade. Serão oferecidas até cem vagas para alunos de todo o Brasil, que já tenham concluído o Ensino Médio. Esta será a terceira turma da faculdade gratuita, inaugurada em 2024 e financiada pelo governo federal. Entre os diferenciais oferecidos, estão benefícios, como alojamento e bolsa, e a reserva de vagas para medalhistas de cinco olimpíadas científicas (inscricao@impatech.edu.br).

Leve Saúde amplia digitalização e utilização na IA e apresenta cases na FisWeek 2025

A Leve Saúde, operadora que vem se destacando no setor de saúde suplementar com um crescimento de mais de 70% em 2025, será uma das protagonistas da FisWeek, o maior evento de Inovação, Criatividade e Tendências da Saúde da América Latina, que ocorre de 5 a 7 de novembro na ExpoRio Cidade Nova. A empresa não apenas levará seu case de sucesso para ser debatido por seus principais executivos em diversos painéis, como também estará imersa no ecossistema de inovação que o evento proporciona. Com mais de 650 palestrantes e 14 palcos simultâneos, a feira é o ponto de encontro para as principais lideranças do setor.

 <b>José Hamilton Mancuso (1936/2017)</b>	<b>Laurinda Machado Lobato (1941-2021)</b>	Responsável: <b>Lilian Mancuso</b>
<b>Editórias</b> <i>Economia/Política:</i> J. L. Lobato (lobato@netjen.com.br); <i>Ciência/Tecnologia:</i> Ricardo Souza (ricardosouza@netjen.com.br); <i>Livros:</i> Ralph Peter (ralphpeter@agenteliterarioph.com.br); <i>Comercial:</i> comercial@netjen.com.br <i>Publicidade Legal:</i> lilian@netjen.com.br	<i>Webmaster/TI:</i> Fabio Nader; <i>Editoração Eletrônica:</i> Ricardo Souza. <i>Revisão:</i> Maria Cecília Camargo; <i>Serviço informativo:</i> Agências Brasil, Senado, Câmara, EBC, ANSA.  Artigos e colunas são de inteira responsabilidade de seus autores, que não recebem remuneração direta do jornal.	<b>Jornal Empresas &amp; Negócios Ltda</b> Administração, Publicidade e Redação: Rua Joel Jorge de Melo, 468, cj. 71 – Vila Mariana – São Paulo – SP – CEP.: 04128-080 Telefone: (11) 3106-4171 – E-mail: (netjen@netjen.com.br) Site: (www.netjen.com.br). CNPJ: 05.687.343/0001-90 JUCESP, Nire 35218211731 (6/6/2003) Matriculado no 3º Registro Civil de Pessoa Jurídica sob nº 103.
<b>Colaboradores:</b> Claudia Lazzarotto, Eduardo Moisés, Geraldo Nunes e Heródoto Barbeiro.		ISSN 2595-8410